

Nona Sessão Ordinária do primeiro período da décima quinta Legislatura

LIDO NO EXPEDIENTE
DA SESSÃO ORDINÁRIA

EM: 19 / 05 / 2021

[Assinatura]
PRESIDENTE

APROVADO

EM: 19 / 05 / 2021

[Assinatura]
PRESIDENTE

Aos vigésimo segundo dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, às 11h10mim (Onze horas e dez minutos), no plenário Francisco de Melo e Souza da Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru, sob a Presidência do Vereador José Ferreira da Costa, reuniram-se os Vereadores: Fredison Leão de Farias, Jairo Oliveira Barreto, Jesaias Lima Pinheiro, Jenivaldo Trindade Costa, Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues, Miguel do Socorro Pureza Pimentel, Pedro Costa Barra e Raimundo Donato Monteiro de Melo. Ao iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente convidou o Vereador Miguel do Socorro Pureza Pimentel para assumir a primeira secretaria e o Vereador Jesaias Lima Pinheiro para assumir a segunda secretaria, após a composição da Mesa convidou o Vereador Fredison Leão de Farias para fazer a leitura e a meditação de um trecho bíblico, que leu no livro de Thiago Cap. 4, versículos de 3 a 17. Em seguida, convidou o Vereador primeiro secretário para fazer a chamada dos Vereadores presentes. Constatado Quórum Regimental, o Senhor Presidente invocou as bênçãos de Deus pelo bem do País, do Estado e deste Município, declarando aberta a presente sessão em caráter ordinário. O Presidente justificou que não ocorreria leitura de ATA por não ter sido confeccionada em tempo hábil. Não havendo expedientes em pautas a serem lidos, passou-se para primeira parte da ordem do dia. No momento do grande expediente a palavra foi facultada aos Senhores Vereadores. Usou a palavra o Vereador Fredison Leão de Farias. Saudou aos presentes e iniciou a leitura de seu pronunciamento. Falou que estamos vivendo um momento atípico tanto a nível mundial, como a nível nacional (federal), estadual e municipal. Falou dos impactos provocados pelo vírus que freou o crescimento da economia de muitos países, dentre eles, o Brasil. Sendo assim, com recursos tão escassos é de suma importância que todos os entes da federação possam dar o destino dos recursos atendendo as pessoas que mais precisam. Falou que focaria seu pronunciamento nos recursos destinados ao nosso município, especificamente à educação. Neste contexto é de extrema importância que a Secretaria de Educação (SEMED), possa atentar para os recursos, que são adquiridos através de adesões de programas e "alimentação" dos sistemas. Para tanto, é necessária uma equipe de técnicos capacitados, que possuam tais conhecimentos. Falou que sua assessoria observou que as ações citadas referentes à Secretaria de Educação, não estão acontecendo como deveriam. E que já estando no 112ª dias de mandato da atual gestão e ainda se observa em relação

aos Programas e Sistemas da Educação que há um profundo desconhecimento ou talvez até mesmo descaso por parte da SEMED, que mesmo em meio a pandemia, precisa alimentar os programas e sistemas ligados à educação e ainda citou alguns que são de extrema importância para o pleno desempenho das atividades da SEMED, tanto em questões financeiras, mas também em questões pedagógicas. Explicou o que é o PAR (Plano de Ações Articuladas). O segundo ponto mencionado foi o fato de que até a data da consulta para produção do seu pronunciamento não se tinham nutricionistas cadastrados no sistema, porém em consulta feita antes da sessão já se identificou dois nutricionistas cadastrados, o que parabenizou. Em seguida falou que dentro do SIMEC, já tivemos algumas perdas, como a não adesão ao GEM, Curso de Aperfeiçoamento em Gestão da Educação Municipal que visa promover formação em nível de aperfeiçoamento aos dirigentes e técnicos das secretarias municipais de educação, em consonância com o que é estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para o ensino nacional, que, em seu artigo 3º, estabelece os princípios da garantia do direito à educação e do padrão de qualidade. O Município de Limoeiro do Ajuru-PA, não firmou o termo, ou seja, não realizou a adesão do Programa até a data limite (26 de março de 2021). Questionou o fato de que até o momento a Secretaria de Educação não realizou a adesão do Programa Brasil na Escola. Que tem por objetivo induzir e fomentar estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental. O que ainda consta aberto para adesão. Questionou também se já houve a adesão ao PROJETO VAMOS APRENDER, assim como a adesão a 7ª edição da OLÍMPIADA DE LINGUA PORTUGUESA, que tem prazo de adesão até o dia 30 de abril de 2021. Falou também que agregado ao SIMEC nós temos o PDDE INTERATIVO, e que sua principal característica é a natureza auto-instrucional e interativa de cada tela. Até o momento não houve atualização do sistema, que ainda constam os mesmos diretores da gestão anterior. Falou sobre o PDDE – ESCOLA DO CAMPO: As escolas localizadas no campo, de maneira geral, funcionam em prédios pequenos e, muitas vezes, em condições inadequadas de ventilação, iluminação, cobertura e piso. O mobiliário escolar desses estabelecimentos é inapropriado ou não dá condições adequadas ao trabalho dos professores e ao desenvolvimento das atividades educativas com os estudantes. A adequação desses espaços de aprendizado, sem dúvida, pode contribuir para a segurança e para a saúde das crianças, adolescentes e jovens e servir de estímulo a sua permanência na unidade escolar. Diante disso, o Ministério da Educação (MEC) propôs a destinação de recursos financeiros, por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), às escolas públicas localizadas no campo, para contratação de mão de obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos em suas instalações, bem como aquisição de mobiliário escolar e

outras ações de apoio com vistas à realização de atividades educativas e pedagógicas. Essa destinação de recursos, denominada PDDE – Escola do Campo, integrará a ação denominada PDDE Estrutura, para fins de operacionalização e monitoramento dos repasses pelo FNDE, identificação das contas bancárias específicas, bem como para execução e prestações de contas dos recursos pelas entidades beneficiárias. O Município de Limoeiro do Ajuru-PA, foi “contemplado com recurso” para 07 (sete) escolas: Emef Francisco Bernardo Dias, Emef Liduina Barbosa Gaia, Emef Marcos Correa, Emef Raimundo Farias, Emef São Raimundo, Emef Sitio Prainha E Emef João Pantoja Gonçalves. Todo o processo de adesão e cadastramento foi feito pela gestão anterior, inicialmente o cadastro da Dirigente Municipal de Educação e, posteriormente dos diretores das referidas escolas. Faltando apenas o envio da documentação que consiste no Plano de Trabalho, Relatório Fotográfico, incluindo de 3 a 5 fotos, Termo de Compromisso e a ATA de reunião com a comunidade escolar. O processo final de envio da documentação deveria acontecer neste ano de 2021. O prazo encerrou dia 31 de março de 2021. Infelizmente Limoeiro do Ajuru não finalizou o envio das informações, ou seja, tivemos 07 escolas que perderam recurso. Falou ainda sobre BUSCA ATIVA ESCOLAR: que é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com algumas Instituições Nacionais. Que tem a intenção de apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos. No ano de 2020, Limoeiro do Ajuru-PA foi um dos 12 municípios paraenses a receber o SELO UNICEF. Até o momento não foi feita a readesão, ou seja, consta como inativo. Vale ressaltar que o item busca ativa escolar consta no PLANO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ANO LETIVO DE 2021 – SEMED (p.6). Questionou como se pretende fazer busca ativa, sendo que, nem a readesão do programa fizeram? Agradeceu a oportunidade e encerrou seu pronunciamento. O Vereador Miguel do Socorro Pureza Pimentel pediu ao Senhor Presidente sua descompatibilização da mesa para realizar seu pronunciamento. O Presidente convidou o Vereador Segundo Secretário para assumir a primeira Secretaria e o Vereador Pedro Costa Barra para assumir a Segunda secretaria. O Vereador Miguel do Socorro Pureza Pimentel saudou aos presentes e a população que assistem à sessão via facebook. Iniciou falando que esteve realizando visita ao Baixo Cupijó, o que fará em outras localidades, até mesmo por convite dos demais vereadores que iram em busca de soluções para a melhoria do município. Falou que esteve em todas as escolas do polo do Baixo Cupijó onde identificou que muitas se encontravam em situação precária e muito suja, mas que já haviam sido autorizadas as roçagens e já haviam sido

realizadas as devidas limpezas e se iniciava o levantamento dos reparos ainda necessários e outras situações que faltam se adequar. Falou que fez visitas a aproximadamente 30 famílias, sem entrar nas casas, conversando no porto das casas para cumprir os protocolos sanitários e não colocar as pessoas em risco de contaminação. Nessas conversas identificou a esperança na melhoria. Mencionou a fala do Vereador Marcos Magalhães em outra sessão que falou do quadro de funcionários da educação no Polo do Baixo Cupijó e esclareceu que quando houve o concurso publico, foram preenchidas todas as vagas disponíveis no polo, porem com passar do tempo alguns desses funcionários conseguiram suas transferências para a sede do município via administração ou via ministério publico. Daí a deficiência de preenchimento do quadro de servidos do polo. Informou ainda que a secretaria de educação autorizou a contratação de um quadro de servidores reduzido mais que dentro de um planejamento irá conseguir realizar os trabalhos que o polo precisa. Falou ainda que jamais poderia chamar alguém para trabalhar, que necessita de autorização da secretaria de educação para poder cumprir com a quitação dos vencimentos desse servidor no final do mês. Falou também que teve conhecimento que a secretaria fez os planejamentos das atividades e encaminhou aos diretores, pois ainda estava em fase de organização das escolas e turmas e por normas da secretaria foi solicitado que os pais viessem até a escolar receber as atividades escolares. Falou da importância que as atividades sejam entregues pelos professores devido à necessidade de explicação aos pais dos procedimentos das atividades. Falou que o Cupijó conta com os Vereadores Miguel do Socorro, Jairo Barreto, Marcos Magalhães e ainda sente a perda do saudoso Vice-Prefeito João Barbosa Moreira que também era da região. Disponibilizou-se a dar as mãos para lutar por melhorias para a região e para o município e lembrou que no ano anterior o inicio das atividades escolares iniciou sem pandemia e este ano foi diferente o que dificultou até mesmo a realização das licitações que ainda estão iniciando. Agradeceu a oportunidade e encerrou seu pronunciamento. O Vereador Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues saudou aos presentes e aos demais que assistem à sessão via facebook e iniciou falando que seu pronunciamento na sessão anterior foi no sentido de esperar as informações questionadas nas sessões anteriores. Falou que não sabe se mais algum Vereador se pronunciará nesse sentido, e que na legislatura anterior aconteciam as mesmas coisas e os vereadores buscavam as informações, onde muitas vezes saiam da sessão direto para reunião com os Secretários. Por morar no interior não havia condições de deixar para depois. Falou que os questionamentos se da devido à necessidade de se esclarecer a população o que esta acontecendo. E justificou que isso é para contribuir com a gestão e com a população que precisa usufruir dos seus direitos. Manifestou-se preocupado com a falta de

algumas informações solicitadas em sessão e por isso continuará cobrando, por conhecer a necessidade por viver essa realidade. Falou da sua preocupação com o Prefeito Municipal, que é quem da à última palavra para tomada de decisão, e que segundo o Vereador José Ferreira afirmou, que não estão conversando com o Prefeito. Lembrou que no mandato anterior conversava com o Prefeito e levava para conhecimento dele os questionamentos feitos na Casa. Falou que fazia isso por saber que nenhum Vereador da Casa cobrava por interesse próprio e sim pela população. E que a ausência de conversas com o Prefeito é muito preocupante porque a última palavra tem que ser dele, sendo que ele não está disponível. Mencionou que a Mesa da Casa precisa tomar providências, a pesar de o líder do Governo já ter dito que não poderia afirmar nada sobre o estado de saúde por não possuir laudos que comprovassem qualquer coisa, mas entende que o poder Legislativo tenha possibilidade de até contribuir com o Prefeito, caso ele precise se ausentar, que seja votado e aprovado seu afastamento para que a Presidente da Casa assuma como Prefeita e as coisas possam caminhar para que o tempo não fique só passando sem avanços, precisa de um direcionamento porque os problemas já estão acontecendo. Falou que a oposição irá protocolar ofício solicitando conversas com o Prefeito e que sabendo que a base não está conseguindo conversar com ele, já fica claro que a oposição também não conseguirá. Por isso ver a necessidade de que os Vereadores se unam para tentar realizar essa audiência para poder ouvir o Prefeito e tentar resolver a situação para que o município não fique sem gestor municipal. Que seja pela continuidade do Prefeito ou por sua substituição temporária, mas que tenha alguém que possa ser cobrado. Manifestou sua preocupação com o Baixo Cupijó, lembrando que na gestão anterior acompanhava as ações realizadas na região, planejadas pelos técnicos da Secretaria, e como Vereador fazia esse acompanhamento para poder estar investigando as ações. e agora, em seu entendimento, quem está indo lá reunir seria o Vereador fazendo papel da secretaria. O que poderia estar provocando a situação de a secretaria estar com um planejamento de um lado e o Baixo Cupijó com outro. Parabenizou a equipe da Escola Abelardo Leão pelo trabalho que mostra que existe uma diretriz que deveria estar se expandindo para outras regiões dependendo da realidade, cada uma com suas dificuldades por conta de tecnologia, mas a unificação do planejamento é muito melhor. Registrou mais um questionamento no sentido de entender como será a ação da Secretaria de educação nas outras regiões do município. Lembrou que não pediu contratação de quadro temporário e sim de concursado, por chegar a seu conhecimento que mesmo com o quadro de concursados na Escola Manoel Temístocles alguns não estariam cumprindo com a função e por isso a necessidade de se ter o quadro de lotação da Escola para saber se de repente o


servidor foi transferido ou se realmente não está cumprindo seu papel. Solicitou que seja apresentada também documentação que comprove qualificação, como foi cobrado anteriormente. Falou que a duas semanas esteve conversando com o Secretário de Educação que já foi substituído e não chegou a apresentar as informações solicitadas. Falou da importância de que as informações cheguem aos Vereadores para que possam estar respondendo a população que está cobrando. Lamentou a falta da ação da Saúde solicitada em sessão anterior e falou que deixaria de lado o que ouviu do técnico da região, mas entende que a ação deveria ter ocorrido aos menos por iniciativa dos Vereadores. Encerrou dizendo que tanto os Vereadores quanto a população precisam saber o que está acontecendo com o Prefeito do Município e agradeceu a oportunidade. O Vereador Jesaias Lima Pinheiro pediu ao Senhor Presidente sua descompatibilização da mesa para realizar seu pronunciamento. O Presidente convidou o Vereador Miguel do Socorro Pureza Pimentel para assumir a Primeira Secretaria. O Vereador Jesaias Lima Pinheiro iniciou saudando aos presentes e a população que acompanha os trabalhos legislativos via facebook. Falou que continuaria a colocação iniciada na sessão anterior e ainda fazia referência ao pronunciamento do Vereador Fredison Farias, que trouxe mais preocupação em sua fala, pelo fato de se ver pouca movimentação, no sentido de cuidar, da prática, da execução da política pública do município. Falou que o Vereador Fredison Leão de Farias apresentou uma grave denúncia sobre os fundos e recursos de programas da educação. Falou que já comentou com lideranças sociais sobre a preocupação com algumas obras, que como o Vereador Jenivaldo sabe por já ter sido secretário de obras, não se pode perder prazos para que o poder executivo assine o alongamento do contrato para que se continue os investimentos nas determinadas obras. E não há obra maior que a obra da educação, e as perdas apresentada pelo Vereador Fredison Farias sobre o PAR. Porque o plano de ação articuladas que acontecem no município no setor da educação é o que dá vida à funcionalidade. E perguntou ao Pares, o que será feito depois que perder esse recurso? Falou que não dá para, Como Vereador, ficar calado. Será que ficarão culpando o governo federal? Se de repente pode ser por incapacidade do município de estar atualizando os sistemas, de estar realizando os cadastros necessários. Falou que não entrará mais no assunto levantado pelos Pares sobre a saúde do Prefeito, mas que é preciso que o executivo ouça os Vereadores, pois cada secretaria precisa funcionar, pois foram nomeados secretários pelo Prefeito, assim como diretores, e precisa cada pasta desenvolver seus serviços de utilidade pública e necessário para funcionamento da educação no município, devem ter seus papéis exercidos. Por não dar mais para culpar a pandemia, porque as restrições, as medidas sanitárias são de cuidado de todos, e ainda existem os avanços tecnológicos que permitem que se trabalhe do conforto das suas casas. Fez um apelo a cada secretaria municipal que fique mais atenta às questões de alimentação de

sistemas e cadastros e tragam esclarecimentos da atual situação desses programas para a população. Falou que todos que se propõe a ser candidato, tanto para o Poder Legislativo quanto para o Executivo, sabem dos compromissos que iram assumir e a responsabilidade de indicar os representantes e titulares das partas que precisam fazer as coisas funcionar e por isso se precisa de dialogo para aproximar as forças de decisão, secretaria precisam ter autonomia. E não da para ouvir Vereadores dizerem que “soube, que fulano de tal disse” que não vai resolver por não ter autonomia para isso, o que espera que seja engano porque os problemas acontecem e precisam de solução. Falou de outra preocupação que já tinha e se fortaleceu quando conversava com outros Vereadores, sobre o selo UNICEF por não ver efetivo acontecimento de políticas publicas que permitem que o município seja agraciado com esse premio, e quando se perdem prazos de cadastramentos o município pode ter grandes prejuízos. Manifestou sua esperança e fé de quem o município possa reverter esse quadro e o município possa continuar garantido dos os olhares do governo federal através do selo UNICEF para garantir a realização das políticas publicas no município. Se solidarizou com o pronunciamento do Vereador e Miguel do Socorro Pureza Pimentel e lembrou que o Vereador Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues vem assiduamente cobrando sobre sua região e falou que a eleição municipal foi realizada no dia 15 de Novembro como é de conhecimento de todos e que dessa data até o dia 31 de Dezembro a gestão já deveria ter iniciado seu planejamento sabendo que dia 1ª de Janeiro iria assumir, sabendo que o ano letivo se inicia e se precisa trabalhar programações. Já estamos no quarto mês do ano, em Abril, e somente ontem, segunda fala de Vereador, a Secretaria autorizou contratação de temporários para garantir o quadro necessário, sendo que o ano letivo já iniciou e é de conhecimento de todos que somente com o quadro de funcionários efetivos não são suficientes para funcionar a educação do município da forma que deve funcionar e por isso é preciso antecipar as lotações para garantir o funcionamento em qualquer setor e por isso faz menção aos dois pronunciamentos. Falou que esta pode até ser a Casa do contraditório, mas também é a Casa da sensatez, do entendimento de que o papel do Vereador é cobrar pelo bom serviço, pelo bom funcionamento da ordem publica do município. Falou que as contratações estão muito atrasadas, e mesmo sabendo que os Vereadores não tem poder de contratar, as contratações são importantes para garantir que as coisas funcionem. E ainda falou do papel de se cobrar a transparência das informações, se é dificuldade financeira, se é impossibilidade da implantação de alguns serviços, mas que a população saiba e que as coisas não fique por traz das cortinas e a população sem respostas e tendo a sensação de que os Vereadores não estão agindo, não estão fazendo as coisas acontecerem, por isso esta fazendo sua parte de cobrar e pedir até onde lhe cabe. Falou que ainda não esta indo aos outros órgãos para dar tempo da gestão se organizar, mas o tempo esta passando e o povo espera solução, por isso esse Vereador volta a cobrar transparência nas informações que já foi cobrado via ofícios protocolados junta ao Gabinete do Prefeito, Secretaria de governo e até mesmo foram aprovados na Câmara. Falou que fica no aguardo que de uma forma rápida a possam começar responder a população. Falou ainda sobre a área da saúde, que teve conhecimento que o conselho municipal de saúde reuniu para decidir a rota da UBS FLUVIAL,

mesmo não sabendo se esta programado o início das atividades, mas que saber dos conselheiros o porque da aprovação apenas para o médio e alto Cupijó, se foi ouvido apenas o pedido do Vereador Marcos Magalhães, mas que o povo ribeirinho do Município todo espera por esse atendimento de uma forma programada. Falou que lutará sim pelo atendimento ao baixo, médio e alto Cupijó, e também pelas ilhas, Beiradão, Japiim Grande, que cada região do Município tenha o direito de receber o atendimento da UBS FLUVIA, agradeceu a oportunidade e encerrou seu pronunciamento. O Vereador Jenivaldo Trindade Costa, saudou aos presentes e a população que acompanha via facebook a presente sessão. Falou que a nota apresentada pelo Vereador Fredison Leão de Farias é preocupante pelo seguinte ponto: O prefeito Municipal após a eleição e após sua recuperação se preocupou em fazer um levantamento sobre a educação do Município. E como é de conhecimento de todos, a gestão foi até Belém e trouxe uma técnica que reuniu com a Secretaria e falou sobre a situação que o Município já se encontrava, que já existiam perdas pela falta de informação do senso anterior que registrava aproximadamente 6 mil alunos. Que diverge das matrículas que hoje chega a mais ou menos 7 mil alunos, o que significa que quase mil alunos não estão contemplados com recursos e só serão contemplados no ano de 2022, já que o procedimento é que o que será informado agora em 2021 valerá para 2022. Ao ponto que, o que será praticado agora em relação a recursos para merenda escolar, transporte escolar é referente às informações do ano de 2020, que forma a base que se usa para fazer o planejamento do ano de 2021. O que poderá provocar falta de recursos e perdas. Com a visão dessas informações se percebe que o Município já estava tendo perdas. E uma das grandes questões levantadas foi à questão do PAR, e vem o questionamento se a preocupação do Prefeito relacionado à educação, não valeu a pena nesse momento, como é que ele esqueceu isso? Se foi perdido alguns prazos relacionados a educação, este Vereador tem certeza que era preocupação do Senhor Prefeito, assim como é preocupação dos Vereadores pois o Município depende dos repasses, seja da saúde, seja da educação, do fundo de participação, qualquer repasse destinado ao Município. Então se o Município tiver um repasse minguido, que venha a diminuir, poderá acarretar dificuldades para execução das políticas necessárias dentro da área da educação, dentro da área da saúde e nas outras. Afirmou que existia sim preocupação do gestor municipal e por isso foi buscar ajuda de um técnico para resolver esses problemas. Se mostrou surpreso e falou que não mente o Vereador Fredison Farias, como os demais Vereadores também irão querer saber o que aconteceu, o que de fato ocorreu, não desconfiando da assessoria do Vereador, não desconfiando da nota apresentada pelo Vereador, todos querem saber quem foi o responsável por essa situação. Chamou a atenção dos secretários para que fiquem atentos a essas situações, pois o município depende desses programas, até mesmo os secretários que não administram recursos, porque não se pode

perder recursos. Falou que este início de mandato foi bastante diferentes dos demais mandatos do município, pois após a eleição houve um período que o Prefeito não pode dar continuidade aos trabalhos Municipais pela doença que lhe proporcionou até mesmo o licenciamento aprovado pela Câmara. E isso causou transtornos e atropelações que tomaram tempo. Falou que como Vereador esta lutando, cobrando, exigindo, não contratando porque a questão de contratação não cabe ao Vereador e sim ao Poder Executivo. Falou ainda que como Vereador está atento e questionando, coisa que é o papel do Vereador. Falou que todos os discursos que tem objetivos de construir uma opinião solida para que se veja cada vez mais essa política publica de qualidade, isso o Vereador leva consigo, discute e espera que aconteça dentro do projeto que é o melhor atendimento para os munícipes. Falou que o compromisso quanto base do governo é sempre pensando em melhorar e dizer aos secretários e gestores públicos, que cobrar, pedir e fazer o seu papel enquanto Vereador e que precisam de resposta do Executivo das situações questionadas. Agradeceu a oportunidade e encerrou seu pronunciamento. Não havendo mais manifestações o Senhor Presidente reconstituiu a mesa e em seguida passou para a Segunda parte da Ordem do dia, que se destina a apresentação de matérias, a palavra foi facultada aos Vereadores. Usou da palavra o Vereador Jesaias Lima Pinheiro, que apresentou Projeto de Lei que institui a criação de hortas escolares comunitárias nas escolas que integram a rede municipal de ensino do município de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará. O Vereador Fredison Leão de Farias apresentou requerimento solicitando que a Secretária de Educação preste esclarecimentos a cerca dos programas e sistemas ligados à referida Secretaria. Não havendo mais matérias a serem apresentadas o Senhor Presidente passou para terceira parte da Ordem do dia. Não havendo matérias a serem apreciadas nem votadas. Na quarta parte da ordem do dia que se destina as explicações pessoais, a palavra foi facultada aos Senhores Vereadores. O Vereador Fredison Leão de Farias justificou que não haveria possibilidade de comparecer ao curso de alimentação escolar que esta agendado para as 15:00 (quinze) horas por faltar apenas poucos minutos e ainda esta se encerrando a sessão sem que os Vereadores tenham almoçado. O Vereador Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues Justificou a ausência do Vereador Luiz de Nazaré Tavares Diniz. O Vereador Jenivaldo Trindade Costa esclareceu que o curso de alimentação escolar será realizado na Câmara Municipal, o que não é mencionado no convite. Não havendo mais manifestações, o Presidente convidou os Vereadores para o próximo período de Sessões, declarando encerrado a presente realizada em caráter ordinária.

Plenário Francisco de Melo e Souza da Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru-Pa,
22 de Abril de 2021.



José Ferreira da Costa
Vereador Presidente

Miguel do Socorro Pureza Pimentel
Vereador 1º Secretário

Jesaias Lima Pinheiro
Vereador 2º Secretário